

PROJETO DE LEI

UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A
ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DE
VENDEDORES DE COCO E DERIVADOS-
AMVECOD.

O **Prefeito Municipal de Cuiabá-MT**: Faço saber que a Câmara Municipal de Cuiabá/MT aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública municipal a ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DE VENDEDORES DE COCO E DERIVADOS- AMVECOD.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A Associação Mato-Grossense de Vendedores de coco e derivados - AMVECOD. Em funcionamento desde 24 de março de 2022, atualmente desenvolve suas atividades voltadas a atender aos interesses sociais da comunidade de Cuiabá.

A instituição para ser declarada de utilidade pública no município deve "estar em pleno funcionamento há pelo menos 1 (um) ano, a contar de sua constituição legal e, conforme seus registros documentais, a associação está legalmente constituída e detentora de todas as certidões negativas exigidas pelos órgãos reguladores.

Esta Instituição que se propõe a continuar desenvolvendo projetos em parcerias com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento sustentável de Cuiabá que, por suas atividades e compromissos com a população desta cidade merece toda atenção por parte do Poder Público local, a começar pela declaração de utilidade pública municipal.

Vale frisar que todas as normativas impostas pelas LEI Nº 3158 DE 09 DE JULHO DE 1.993, que disciplina a declaração de utilidade pública municipal, publicada na gazeta municipal Nº 154 DE 09/07/93 alterada pela lei Nº 3.387 DE 24-11-94, publicada na GM Nº 229 DE 28-11-94 alterada pela lei Nº 5.037 DE 13-12-07, publicada na GM Nº 894 de 18-04-08, estão sendo adotadas, como seguem em exposto;

LEI Nº 3158 DE 09 DE JULHO DE 1.993

DISCIPLINA A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL.

AUTOR: VER. EMANUEL PINHEIRO

DANTE MARTINS DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal de Cuiabá-MT. Faço saber que a Câmara Municipal de



Cuiabá, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As Sociedades Civas, as Associações e as Fundações constituídas na cidade de Cuiabá com o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade podem ser Declarada de Utilidade Pública, provados os seguintes requisitos:

I - Apresentar certidão de registro dos estatutos em cartório, no livro de registro das Pessoas Jurídicas e a publicação no Diário Oficial, comprovando em cláusula estatutária o seguinte:

- a) que não renumera, por qualquer forma, os cargos da diretoria, conselhos fiscais, deliberativos ou consultivos e que não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma e pretexto;*
- b) exemplar dos estatutos devidamente autenticado pelo cartório das Pessoas Jurídicas.*

II - Apresentar atestado de pessoa idônea, com reconhecidos préstimos de interesse público, sobre o funcionamento e os serviços que prestou, comprovando o seguinte:

- a) que estão em efetivo e contínuo funcionamento nos últimos seis meses completos, imediatamente anteriores, com observância dos princípios estatutários;*
- b) que servem desinteressadamente à coletividade;*

III - Apresentar relatório discriminado, em número e por ano, dos serviços prestados, gratuitamente e não, nos últimos doze meses completos, para caracterizar a filantropia ou verificar os fins e a natureza predominante da candidata, comprovando o seguinte:

- a) que, através da apresentação de relatório circunstanciado dos últimos doze meses completos de exercícios anteriores à formulação do pedido, promove o Bem Estar Social, a educação ou exerce atividades de pesquisa científica, de cultura, inclusive artística, ou filantrópicas, estas de caráter geral ou indiscriminado, predominantemente.*

IV - Apresentar declaração, por escrito, comprometendo-se a publicar anualmente a demonstração da receita e da despesa realizada no período anterior e os serviços que forem prestados a coletividade.

- a) será cassada a declaração de utilidade pública no caso de infração deste dispositivo.*

V - Relação dos membros da atual diretoria e cópia da Ata de posse.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario em especial a Lei nº [1.846](#) de 14 de setembro de 1.981.

Palácio Alencastro, em 09 de julho de 1993.

DANTE MARTINS DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal



Por estar amparada nos termos da lei que disciplina a declaração de utilidade pública municipal conforme documentos anexados, e abordar temas de grande relevância, assim contribuindo para o bom desenvolvimento social, solicitamos que, a Associação Mato-Grossense de Vendedores de coco e derivados – AMVECOD, se torne utilidade pública.

Palácio Paschoal Moreira Cabral, Sala das Sessões em, 5 de novembro de 2024

Demilson Nogueira (Câmara Digital) - PP

Vereador(a)

